

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DOS SABERES SOBRE SI

Adenaide Amorim Lima¹

Resumo: Quem sou eu? Quem é você meu caro leitor? Até que ponto somos aquilo que está documentado? Até que ponto nossos saberes se limitam àquilo que foi registrado? Que saberes, realmente, formam nossa identidade e nos constitui enquanto sujeitos? Os saberes documentados nos valorizam ou nos rotulam? Acreditamos que todo processo educacional, seja ele formal ou informal, é importante na constituição do sujeito, porém, somente um é valorizado, aquele que pode ser registrado, documentado e quantificado. Em boa medida, os sujeitos são classificados de acordo com os saberes formais. Para a lógica capitalista, vale o quanto e o que está registrado sobre o que você sabe e, isto, diz muito sobre você. A educação informal, na contramão da visão capitalista sobre o conhecimento, procura valorizar o sujeito enquanto tal, e não apenas o que ele sabe e interessa ao mercado. E a educação formal está desenvolvendo em nós uma capacidade de criadores ou ela é um simples adestramento?

Palavras-chave: Helenístico-romano; Modernidade; Saberes; Sujeito.

Abstract: Who am I? Who are you my dear reader? To what extent are what is documented? How far our knowledge is limited to what was recorded? Knowledge that really shape our identity and makes us as subjects? The knowledge documented in value or label us? We believe that every educational process, whether formal or informal, is important in the formation of the subject, but, only one is valued, one that can be recorded, documented and quantified. In good measure subjects are classified according to the formal knowledge. For the capitalist logic, which worth and what is recorded about what you know, and it says a lot about you. Informal education, against the capitalist vision about knowledge, search to appreciat the subject as such and not just what they know and interest to the market. And formal education is developing in us a capacity of creators or she is merely a domesticated?

Key words: Hellenistic-Roman. Modernity. Knowledge. Subject.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia – VIII Semestre, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista. Email: adenaide2007@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os sujeitos são produzidos por diferentes tipos de saberes. A educação e consequentemente os conhecimentos obtidos no processo educacional, sejam eles formais ou informais, só serão capazes de produzir sujeitos conscientes à medida que as relações de poder que permeiam esses processos favorecerem a relação autônoma do sujeito consigo mesmo. Ou seja, qualquer educação deve, primeiramente, convergir para a pessoa. De acordo com Stirner (2001), os saberes devem ser como matéria-prima nos quais cada pessoa deveria convertê-la em vontade, ou seja, em autonomia.

Nosso objetivo neste trabalho, tomando por base o livro *A hermenêutica do sujeito*, de Michel Foucault (2006), é permear os atenuantes da constituição do sujeito, a partir do período helenístico-romano até o início da modernidade, com a Revolução Industrial, período em que as escolas irão disseminar as verdades científicas e mensurar o conhecimento dos alunos através de um currículo baseado nos saberes cientificistas. Analisaremos, sucintamente, as influências dos saberes desses dois importantes momentos para a constituição de sujeitos nos dias atuais.

A abordagem aqui é histórica e, ao mesmo tempo, crítica. Visa acompanhar as reflexões de Foucault sem deixar de notar e fazer um balanço do contexto educacional, social e político da nossa época. Ao longo do texto, a ideia básica é refletir sobre o nosso processo educacional, apresentando o fosso existente entre as propostas educacionais que se contentam com a transmissão de saberes "científicos" e que pouco espaço deixam para os saberes que formam a identidade de cada sujeito, bem como a relação entre saber/poder e verdade/sujeito.

QUE SABERES SÃO VÁLIDOS NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO?

Na perspectiva de Carlos Rodrigues Brandão, em sua obra *O que é educação?*, “existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram” (BRANDÃO, 1995, p. 9-10). Complementando com Foucault (2005, p. 12), “de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local [...] um saber diferencial, incapaz de unanimidade”.

Esse saber local, “embora seja em geral ignorada nas escolas, não é uma força insignificante na formação da visão que o aluno tem de si mesmo e de suas relações” (GIROUX, 2011, p. 111). Pelo contrário, é através desses “saberes primário” que os alunos

se veem como pertencentes à sociedade, numa espécie de identidade maior e, ao mesmo tempo, se percebem como seres únicos dotados de singularidades.

De fato, viver constitui um processo educacional contínuo ou, nas palavras de Carlos Rodrigues Brãndão (1995): “ninguém escapa da educação”, seja ela formal ou informal. São os saberes construídos ao longo desse processo e o que fazemos ou deixamos de fazer com eles que nos constituem, ou melhor, nos tornam em quem estamos sendo, muito embora não exista saber que seja capaz de concluir um indivíduo.

É através da educação que os indivíduos, enquanto membros de uma determinada sociedade, se identificam como pertencentes à uma determinada cultura, à um determinado espaço e encontram mediante tais saberes (“sujeitados”, técnicos ou eruditos) uma forma de significar a sua vida, a sua existência.

O lugar que o indivíduo ocupa na sociedade atualmente, extremamente capitalista, depende de quais saberes disciplinados e/ou habilidades ele possui e, automaticamente, enquanto cidadão nessa sociedade estratificada, dizer quem ele é. Mas se constituir enquanto “Eu”, enquanto ser “Único” exige um profundo conhecimento de si mesmo e o auxílio de um mestre ou de algum “Outro” que desempenhará tal papel. Cabe, portanto, perguntar: existe hoje um “mestre” ou uma concepção de educação que seja livre e capaz de desempenhar tal tarefa?

Max Stirner, em seu texto *O falso princípio da nossa educação*, critica duas concepções modernas de educação: a humanista e a realista. O autor declara ambas insuficientes na formação de sujeitos autônomos, pois as duas concepções sufocam, desde a tenra idade, o livre desejo de conhecer e de ser de cada indivíduo, para enquadrá-lo nas normas sociais e no conhecimento disciplinado e útil. Podemos constatar sua indignação na seguinte citação (STIRNER, 2001, p. 77):

em pedagogia, como em outros campos, a liberdade não pode expressar-se, nossa faculdade de oposição não pode exprimir-se, exigem apenas a submissão. O único objetivo é adestrar à forma e a matéria do estábulo dos humanistas não saem se não letrados, do estábulo dos realistas, só cidadãos utilizáveis e, em ambos os casos, nada além de indivíduos *submissos*. Sufocam pela força nossa saudável tendência à indisciplina e impedem ao mesmo tempo o Saber de desenvolver-se em Vontade livre (grifos do autor).

O fato é que poucos são aqueles, em nossa sociedade, que se constituirão em sujeitos plenos de si. Impossível se abdicar de valores, de regras, de leis e de normas sociais e dos saberes disciplinados dos currículos e das verdades que lhes são transmitidos. Pois, na perspectiva de Foucault (2006, p. 297), “é preciso que esta verdade afete o sujeito, e não que o sujeito se torne objeto de um discurso verdadeiro”. Uma forma

de resistência desses sujeitos à essa imposição violenta pode estar nos saberes descrito por Foucault (2005, p. 12) como “saberes sujeitados” em sua obra *Em defesa da sociedade*:

por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos [...] esse saber que denominarei se quiserem, o “saber das pessoas”(grifos do autor).

Esse “saber das pessoas”, genericamente, caracteriza o saber dos indivíduos antes mesmo de se constituírem enquanto sujeitos únicos. Em outras palavras, antes da constituição do sujeito (eu), o indivíduo faz parte de uma “figura coletiva do sujeito” que a educação deve levar em conta, como diz Touraine (1994, p. 30):

todas as educações devem convergir para a pessoa. Devemos nos dedicar a desenvolver a personalidade e a formar homens livres, e para isso a educação não deve sufocar o orgulho e o natural [...], daí a necessidade de conciliar numa associação harmoniosa [e] as vontades contraditórias.

No campo da educação formal, isso se torna inviável quando o próprio educador, figura importante nesse processo de constituição de sujeitos, é muitas vezes incapaz de transitar por esses diferentes espaços de saberes com liberdade. Educador, de algum modo, deveria significar aquilo que Nietzsche (2003, p. 142) sintetiza como “III Consideração intempestiva”, *Schopenhauer educador*: “teus educadores não podem ser outra coisa se não teus libertadores”. Somente um educador autônomo é capaz de discernir os saberes que conduzirão seus educandos à liberdade de pensamento.

Na concepção de Max Stirner (2001, p. 75), o papel do educador deve ser ajudar seus educandos a dominarem os saberes adquiridos e não se deixarem dominar-se por eles, como coloca na seguinte citação: “só a abstração proporciona a liberdade: o homem só é livre se tiver dominado o saber adquirido e reintegrado o que dele extraiu por suas indagações na unidade de seu Eu”.

Apesar de inválidos nos espaços científicos, os saberes “sujeitados”, e os saberes de uma educação informal podem muito contribuir com os sujeitos na constituição de si. Podemos compará-los com a educação clássica que procurava dar importância ao sujeito, em todas as etapas de sua vida. Certamente, havia uma seleção de conhecimentos. Por exemplo, as classificadas por Demétrius em “úteis ou ornamentais”, como também a classificação de conhecimentos da terra quando jovem e do céu quando velhos, feita pelos epicuristas, ambos em Foucault (2006). Porém, todos visavam contemplar o sujeito em toda a sua existência. Algo bem distinto ocorre hoje, como constata Foucault (2006, p. 306), em sua obra *A hermenêutica do sujeito*:

[...] de qualquer maneira, quando vemos hoje a significação, ou antes, a ausência quase total de significação e pensamento que conferimos a expressões – ainda que muito familiares e percorrendo incessantemente nosso discurso, como: retornar a si, libertar-se, ser si mesmo, ser autêntico, etc. –, quando vemos a ausência de significação e pensamento em cada uma destas expressões hoje empregadas, parece-me não haver muito do que nos orgulharmos nos esforços que hoje fazemos para reconstituir uma ética do eu.

Enquanto, na era clássica, a educação tinha como característica selecionar os conhecimentos em úteis ou não na constituição de sujeitos, em nossa sociedade cientificista, são os indivíduos que são classificados desta forma, dado ao momento capitalista que tende a valorizar, economicamente, os saberes.

BASES HISTÓRICAS DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, SEGUNDO FOUCAULT

No livro *A hermenêutica do sujeito*, Foucault toma como ponto de partida a interpelação de Sócrates feita à Alcibíades. Mesmo que Foucault caminhe por diferentes escolas filosóficas como: estoicismo, epicurismo e o cinismo; por períodos compreendidos do helenismo até chegar à modernidade, traçando um longo caminho sobre a constituição do sujeito que perpassa pelo platonismo e o cristianismo, é ao diálogo entre Sócrates e Alcibíades que ele sempre retorna. Pois a constituição do “sujeito”, como um termo moderno tal qual conhecemos hoje, começa com o indivíduo conhecendo a si mesmo.

Alcibíades tinha a pretensão de governar a cidade, e acreditava ter recebido a formação necessária dos seus mestres para tal tarefa. Quando Alcibíades é interpelado por Sócrates, e se vê conduzido a olhar para si, antes de olhar para o desejo de governar a cidade, ele não só percebe que a formação que recebera era deficiente, como também que ignorava que era ignorante e, uma vez que Alcibíades percebeu a si próprio, cabia a ele o cuidado de si, ou seja, ocupar-se consigo mesmo e constituir-se em sujeito apto ao governo da cidade. “O cuidado de si é uma espécie de agulhão [...] e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2006, p. 11).

Uma vez que o sujeito é o responsável pelo conhecimento sobre si, vive nessa permanente inquietude, visando responder a seus questionamentos que sempre acabam por modificá-lo enquanto sujeito, e se inquietando, cada vez mais, diante do mundo que o cerca. “O autoconhecimento constitui a primeira e a última necessidade, se você quer entender as perguntas e as respostas da sua vida [...]. Sem conhecimento de si mesmo,

sem autoconhecimento, apenas uma frágil compreensão das questões relevantes pode existir” (GOLDHILL, 2007, p. 13). Ou seja, o conhecimento de si habilita o sujeito a dar conta daquilo que lhe falta para ser pleno de si mesmo. Torna-o responsável *pela busca*. Processo importante que acaba por elevá-lo para cada vez mais perto da plenitude do seu eu.

Foucault, na referida obra, apresenta dois momentos que marcam de forma significativa a relação do indivíduo com a verdade e com o conhecimento, bem como uma distinção na constituição do sujeito nestes dois momentos.

O período helenístico e romano é o primeiro momento dessa relação do sujeito com a verdade na constituição de si, descrita por Foucault, ao trabalhar com três principais escolas filosóficas dessa época e, com alguns de seus principais personagens, cada uma procurando através de suas vidas a melhor maneira de constituir a si enquanto “Eu” através de uma estética da existência.

O que marca neste primeiro momento da constituição do sujeito é que a verdade e o conhecimento possuem uma relação com o espiritual, capaz de modificar o sujeito, moldando-o para que sua própria vida, como um todo, e sua relação com o corpo sejam um constante cuidado e conhecimento de si pelo governo de si, elementos bastante trabalhados por Foucault, no terceiro volume da *História da sexualidade, o cuidado de si*, quando alguns filósofos propõem uma forma ética de viver. O Governo de si, uma preparação para a constituição de si que, posteriormente, no século IV, teria sua ênfase na salvação de si. O *si*, segundo Foucault, seria a alma; a alma não enquanto essência, mas enquanto sujeito, sujeito de ação, de ideias e de pensamentos. “... Os gregos e os romanos entendiam constituição do sujeito como fim último para si mesmo, através e pelo exercício da verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 385). Desta maneira, o corpo se constitui apenas em um instrumento para se chegar a tal finalidade. Nesse caso, “... poderíamos chamar de ‘espiritualidade’ [...] as modificações de existência, etc., que constituem, não para o conhecimento, mas para o sujeito, para o ser mesmo do sujeito, o preço a pagar para ter acesso à verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 19).

De acordo com Foucault, vemos uma nova constituição do surgimento do sujeito, com maior ênfase com o advento da modernidade cuja relação do indivíduo com a verdade se restringe somente à obtenção de conhecimentos válidos, ou seja, científicos. O lado espiritual do conhecimento e o cuidado de si não possuem mais tanta importância, bem como sua história. “Modernidade tornou-se sinônimo de amnésia – amnésia sobre o passado, sobre as tradições culturais, sobre as paixões e os interesses de nossa própria história” (GOLDHILL, 2007, p. 13). Com essa nova forma de se relacionar com a verdade, o sujeito passou a ter uma nova caracterização: corpo e pensamento. Segundo Foucault (2006, p. 18), “parece-me que o “momento cartesiano”, [...] com muitas aspás, atuou de

duas maneiras, seja requalificando filosoficamente o *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo), seja desqualificando, em contrapartida, a *epiméleia heautoû* (cuidado de si)". O autor (FOUCAULT, 2006, p. 374) ainda diz que:

sem dúvida, foi nos séculos XVI-XVII que o saber de conhecimento finalmente recobriu por inteiro o saber de espiritualidade, não sem ter dele retomado alguns elementos. É certo que, no que concerne ao que se passou no século XVII em Descartes, Pascal, Espinoza, etc., poderíamos encontrar essa conversão do saber de espiritualidade em saber de conhecimento.

Muitos pensadores criticaram duramente a modernidade por sua ruptura com o clássico na qual a relação sujeito/verdade deu lugar a conhecimentos massificados, conhecimentos tidos como meros produtos sociais, pois não tinham mais o poder de transformar o indivíduo e levá-lo a plenitude da verdade e do seu "Eu". O indivíduo passou a ser um produto de conhecimentos considerados verdadeiros e válidos no contexto moderno, sem sofrer modificação com a verdade nem para se ter acesso à ela. Isso tem se intensificado nos dias de hoje, uma vez que há uma massificação não só dos conhecimentos, como também dos indivíduos. Segundo Touraine (1994, p. 09):

a idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi à afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal.

Com o advento da modernidade, fica claro o surgimento de um sujeito de massa. Assim, é quase inviável ou mesmo impossível a sobrevivência de um indivíduo fora das normas padrão, socialmente aceitas, e dos valores sociais baseados no poder e no dinheiro. Essa manutenção do sujeito de massa se dá de forma eficaz por meio da educação, pois "[...] somente certas formas de combinação entre o apelo universalista à razão e à defesa de uma identidade particular, contra as forças gerais que são o dinheiro e o poder, permitem a existência do Sujeito. Este é destruído pela ruptura delas" (TOURAINÉ, 1994, p. 314).

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO COM O OUTRO NA CONSTITUIÇÃO DE SI

Ninguém é capaz de se educar sozinho. É através do mundo, das relações com o outro que vão se justificando, ao longo da vida de cada indivíduo, um perene processo educacional. De acordo com Brandão (1995, p. 13):

educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida.

O conhecimento e a constituição de si e, posteriormente, a salvação de si perpassam por diferentes tipos de relações e, conseqüentemente, por diversos saberes e poderes. De acordo com Foucault, a constituição do sujeito, no primeiro momento, tem por base três tipos principais de relações, a saber, do indivíduo com a família; do indivíduo com o médico e do indivíduo com o enamorado. No entanto, em nosso contexto social, os saberes, quando não vêm de uma fonte científica, são considerados subordinados e ilegítimos, não tendo valor na formação do “cidadão”, na sociedade atual. Indo de encontro ao que Stirner chama de “personalismo”. Acerca disso, Ferrer (2001, p. 49) diz que:

o que Stirner entende por *personalismo* é essa formação da personalidade. Na criança, essa personalidade depende do meio familiar e escolar, mas é também o resultado de disposições inatas: ainda é preciso que essas disposições não sejam sufocadas e que a escola não seja – o que ela é demasiado amiúde! – o túmulo a personalidade original.

Toda criança, quando chega uma determinada idade, naturalmente é despertada por uma curiosidade que é inata, em relação a si e ao mundo, de uma forma geral. Analogicamente, a criança, nesse momento da vida, assume duas posições distintas: a de Sócrates, através dos seus porquês direcionados aos outros. Diante da falta de respostas satisfatórias, ou mesmo da ausência de respostas acaba se colocando na posição de Alcibiades. Alcibiades era ignorante, relativamente. No entanto, devido a uma “falha” no processo educacional, de uma forma geral, as crianças não são despertadas para elas mesmas como, Sócrates fez com Alcibiades. “Alcibiades descobre, pela interrogação socrática, que ignora. Descobre até mesmo que ignorava sua ignorância e que, por consequência, deve ocupar-se consigo mesmo para responder a esta ignorância, ou melhor, para pôr fim a ela” (FOUCAULT, 2006, p. 309). Nesse momento tão importante de despertar para o mundo, de busca pela verdade, a criança, na maioria das vezes, sofre um processo de castração feito pelas instituições de ensino.

Observamos um indivíduo sendo capaz de, no primeiro momento, dar sozinho os primeiros passos na constituição de si, enquanto sujeito, à medida que é capaz de se deslocar na posição de dois sujeitos distintos; na posição de Sócrates, quando questiona o que quer saber e na posição de Alcibiades, quando, não obtendo as respostas satisfatórias e permanecendo na ignorância, procura sair deste estado, indo em busca da verdade, por meio de um mestre. Infelizmente, em nossa realidade, o processo educacional é voltado, quase que exclusivamente, para as demandas de mercado. Neste processo de transição no

qual, praticamente, toda criança passa, elas são conduzidas em um caminho inverso do conhecer-se a si mesmas e seguir um caminho sólido na constituição de si, enquanto sujeitos. Provavelmente, nunca chegarão a uma verdade capaz de mudá-las, como a descrita por Foucault (2006, p. 21): “a verdade é o que ilumina o sujeito; a verdade é o que lhe dá beatitude; a verdade é o que lhe dá tranquilidade de alma. Em suma, na verdade e no acesso à verdade, há uma coisa que completa o próprio sujeito e o que transfigura”.

Nosso processo educacional é dualista e classificatório. Não há compromisso com a verdade, mas tão somente com o mercado. De acordo com Michael Apple (2011, p. 101), “[...] vivemos em uma sociedade com vencedores e perdedores identificáveis. Futuramente, poderemos dizer que os perdedores fizeram más ‘opções de consumo’ e que é assim mesmo que funcionam os mercados, afinal de contas”.

Nosso modelo educacional, apesar de cientificista com suas provações e comprovações, está longe, sobremaneira, de elaborar saberes em proveito da verdade, porquanto o sujeito em si, e tudo que lhe é realmente caro, está sendo, cada vez mais, deixado de lado. E, de acordo com Foucault (2006, p. 20), “[...] não pode haver verdade sem uma conversão ou sem uma transformação do sujeito, [...] que esta conversão pode ser feita sob a forma de um movimento que arranca o sujeito de seu *status* e de sua condição atual (movimento de ascensão do próprio sujeito; movimento pelo qual, ao contrário, a verdade vem até ele e o ilumina)”.

Na contramão do que está sendo posto nas escolas pelos educadores, para Stirner a educação deveria proporcionar ao indivíduo subsídios para que ele mesmo seja protagonista de sua criação subjetiva para, assim, nutrir o seu espírito com aquilo de que mais necessita. Ferrer (2001, p. 17) diz que:

a máxima de Stirner resume-se à ideia de que a missão de uma pessoa consiste em chegar a ser ela mesma, reconhecer o que lhe é próprio, assumir que na da existe acima dessa “propriedade”, e que, o que não constitui “o próprio de si mesmo” deve ser posto em condição de tensão para tornar evidente o que está em afinidade com a autonomia pessoal e o que lhe é prejudicial e perigoso. A única propriedade verdadeira de uma pessoa é então ela mesma, todavia paradoxalmente para sê-lo de maneira autêntica, é preciso tomar posse de si mesmo.

Apesar das nossas críticas feitas ao atual sistema de educação, ainda sim, sonhamos com escolas que possam ampliar as capacidades humanas, valorizando saberes que sejam capazes de habilitar as pessoas a serem condutoras de sua formação e, automaticamente, de suas próprias subjetividades. Autônomas o suficiente para serem capazes de transformar aquilo que não faz sentido e que tem ido de encontro ao real objetivo da vida, que, para nós, seria a busca pela felicidade dentro de nós mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através da relação saber-poder, bem como da relação com o outro e com a verdade que há uma libertação e constituição de si, enquanto sujeito. Através dos personagens Alcibíades e Sócrates, percebemos que os saberes de caráter formativo, sejam na antiguidade ou na modernidade, se mostram insuficientes e ineficazes, quando se trata de levar o sujeito na constituição si, sem uma profunda relação com a verdade, conduzida por um mestre, educador ou qualquer outro que possa cumprir com tal tarefa.

No caso da modernidade e pós-modernidade, observamos essa inaptidão dos mestres e educadores em ajudar a desenvolver sujeitos livres ser maior evidenciada. Basta perceber, nas críticas de Nietzsche e Stirner, dentre tantos outros, ao ver abrir, diante de si, um futuro fúnebre quanto às subjetividades dos indivíduos. Ambas as críticas servem ao caráter dualista e funcional das instituições de ensino e o despreparo dos professores na formação de sujeitos “Únicos”, capazes de discutir a sociedade na qual estão inseridos, uma vez que esses educadores também são frutos deste mesmo contexto moderno e pós-moderno.

O que procuramos defender brevemente aqui é que mestres e educadores devem, apesar dos empecilhos, procurar serem autônomos o suficiente para ampliarem as capacidades de cada sujeito sob seu “domínio”, com o intuito de levá-los a intervirem na própria formação de suas subjetividades e do seu “Eu”. Que através da verdade, eles sejam munidos de saber-poder que os habilitem a transformarem as condições atuais ideológicas, materiais e de exploração e dominação, de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional In: MOREIRA, Antonio Flávio, TADEU, Tomaz. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 71-106.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FERRER, Christian. Prólogo: Max Stirner, autor de um único livro. In: _____. **O falso princípio da educação**. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 15-22.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 6 ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GIROUX, A. Henry, SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antonio Flávio, TADEU, Tomaz. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 107-140.
- GOLDHILL, Simon. **Amor, sexo e tragédia: como gregos e romanos influenciam nossas vidas até hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Loyola, 2003.
- STIRNER, Max. **O falso princípio da nossa educação**. São Paulo: Imaginário, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.